

A INCLUSÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

Andrea Cavalcanti Macedo (UFRPE – andreamacedo@gmail.com)

Marizete Silva Santos (UFRPE – marizeteufrpe2@gmail.com)

José de Lima Albuquerque (UFRPE – limalb44@yahoo.com.br)

Grupo Temático 5. Qualidade na Educação a Distância e a democratização do conhecimento
Subgrupo 5.3 A EaD como estratégia de democratização no ensino superior: acesso e equidade

Resumo:

Com o crescimento da população percebe-se a Educação a Distância (EaD) como meio importante para oportunizar o acesso à educação à população. Com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Governo Federal busca ampliar o acesso à educação superior pública atuando na redução das desigualdades da oferta do ensino superior, visto que os polos de apoio presencial localizam-se em municípios em que antes não havia esta possibilidade. A partir dos dados analisados no curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, oferecido nos polos de Afrânio e Carpina, foi possível observar que os estudantes pesquisados em sua maioria são advindos da escola pública e com renda familiar variando até dois salários mínimos. Pode ser observada também a importância dos polos UAB para as regiões onde os mesmos são localizados, através da quantidade de estudantes do polo que residem em outros municípios, bem como a variedade de municípios atendidos pelos polos presenciais.

Palavras-chave: Educação a Distância; Inclusão Social; UAB.

Abstract:

With the populational growth, Distance Education (EaD) is perceived as an important way to increase the population's access to university. With the Brazilian Open University (Universidade Aberta do Brasil – UAB), the Federal Government aims to widen the access to public higher education, since through the presential support centres the courses will be offered by Public Institutions of Higher Education in municipalities where this possibility did not exist before. From the data analysed in the course of Pedagogy of the Federal Rural University of Pernambuco, offered in the centres of Afrânio and Carpina, it was possible to observe that students from both classes surveyed, whose access happened through the High School National Education (ENEM) come mostly from public schools and from families whose income is of two minimum wages. We also observed the importance of the UAB centres for regions where they are located, through a large amount of students who live in other municipalities, as well as the variety of municipalities reached by presential centres.

Keywords: Distance Education; Social Inclusion; UAB.

1. Introdução

A população mundial cresceu rapidamente entre os Séculos XIX e XX. Passou de um bilhão de habitantes no Século XIX para sete bilhões de habitantes no início do Século XXI. Segundo o Fundo das Nações Unidas (2011) este crescimento deve-se, entre outros fatores, às reduções nos índices de mortalidade. A população brasileira acompanhou esse ritmo

acelerado, passando de 51 milhões de habitantes em 1950 para mais de 190 milhões de habitantes em 2010 (IBGE, 2013), e apresenta grandes contrastes, principalmente sociais.

Diante deste quadro, percebe-se que a educação a distância surge como uma alternativa de formação para a população, uma vez que a oferta de vagas em Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) não evolui no mesmo ritmo de crescimento da população e sendo estas vagas limitadas devido à capacidade de atendimento da infraestrutura física das universidades.

Neste contexto, e considerando a sua amplitude de atuação dentro do território nacional, por meio da interiorização dos polos de apoio presencial nos municípios onde não há ou há poucas oportunidades para ingresso no ensino superior, a educação a distância torna-se essencial para permitir o acesso à educação à população, tendo em vista que um de seus objetivos é justamente expandir a oferta de vagas de cursos superiores em regiões do interior do país através dos polos de apoio presencial (BRASIL, 2006).

Desta forma, a educação a distância pode proporcionar a democratização da educação formal, uma vez que oferece oportunidade de estudo a pessoas que não teriam condições de estar matriculadas em cursos presenciais por estarem distantes dos grandes centros, onde se localiza a maioria das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). Assim, neste artigo, pretendemos mostrar a inclusão social proporcionada pelo curso de Pedagogia, em dois polos, no âmbito da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

2. Inclusão social e educação a distância

Apesar de cursos a distância já serem ministrados no Brasil desde o início do Século XX, só em 1996, com a Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação no território nacional, regulamentando-se, pela primeira vez, a oferta de cursos nesta modalidade no País.

A partir da LDB, segundo Castro (2005), a Educação a Distância:

(...) deixa de ser tratada como projeto paliativo, frequentemente proclamada como panaceia, para resolver os problemas de demandas de jovens e adultos excluídos do acesso e permanência na escola regular, na idade própria, ao sabor de decisões políticas arbitrárias. Pela primeira vez, de maneira explícita, a educação a distância ganha o status de modalidade plenamente integrada ao sistema de ensino (p. 112).

Dadas suas dimensões, o Brasil é um país com grandes contrastes principalmente sociais. Segundo Reis (2005) e Serafim e Dagnino (2011), a desigualdade social no Brasil não é um tema recente, mas um problema histórico, que tem se agravado com o contexto socioeconômico. Sobrinho (2013) aponta ainda uma correlação entre pobreza e baixa escolaridade na sociedade brasileira, apesar da melhoria destes índices nos últimos anos.

Para Reis (2005),

As informações (...) permitem constatar que, independentemente do período de transformação produtiva, as diferenças sociais existem. Algumas são resultados delas próprias, e outras trocam de nomenclatura e, como consequência da nova relação societária, aumentam de forma significativa sua intensidade (p. 04-05).

Sobrinho (2013) afirma que uma educação democrática implica em “justiça social, qualidade científica e relevância social para todos”, pois são pontos fundamentais para que tenhamos a preparação de sujeitos sociais, consolidando uma sociedade democrática através da inclusão social.

Sobrinho (2013) afirma, ainda, que:

Do ponto de vista dos estudantes, muitas são as dificuldades. Para alcançar alguma mobilidade social ascendente por meio da educação, os jovens com maiores carências econômicas e sociais, geralmente os primeiros da família a chegar a um curso superior, precisam esforçar-se muito para superar a quantidade e a qualidade dos conhecimentos escolares adquiridos por seus pais. Caso contrário, não conseguirão competir com os jovens mais ricos nas duras disputas por empregos que sejam compatíveis com seus estudos e com suas aspirações (p. 118).

Segundo Selwyn (2008), com o objetivo de promover a inclusão social, em termos de oportunidades e resultados educacionais, o Reino Unido adotou uma série de políticas através da utilização das tecnologias da informação e comunicação (TIC), de acordo com três áreas para distribuição de recursos: “a integração contínua das TIC no currículo nacional; a formação continuada do pessoal docente em termos de uso das tecnologias no seu ensino; e o estímulo e suporte para a produção de software e de conteúdos digitais” (p. 821).

No Brasil, de acordo com o IBGE (2013), o cenário da educação no País vem se modificando, especialmente nos últimos 10 anos, onde a melhoria dos indicadores da educação está associada às ações públicas que vêm ocorrendo neste setor durante a última década:

A educação no Brasil tem se modificado lentamente nos últimos 140 anos. O percentual de pessoas alfabetizadas saltou de 18,6% da população livre e 0,1% da população escrava, em 1872, segundo o Recenseamento Geral do Brasil daquele ano, para 82,6%, em 2010. Parte dessa melhoria está associada, em grande parte, a ações públicas direcionadas a esse setor, especialmente nos últimos dez anos. Com efeito, entre 2000 e 2010, constatou-se uma redução no número de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos fora da escola, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste, que passou de 11,2% para 5,6% e de 7,1% para 3,2%, respectivamente, sobretudo nos Estados do Amazonas, Pará, Roraima, Maranhão, Pernambuco e Alagoas (p. 15).

Segundo Steiner (2006), os níveis de escolaridade de secundário completo, superior e de pós-graduação da População Economicamente Ativa (PEA) cresceram desde 1990, e ainda que os números da escolaridade básica demonstrem certo atraso do Brasil em relação aos países mais desenvolvidos, deve-se reconhecer que houve um crescimento significativo.

As ações necessárias para a inclusão social envolvem diversas áreas, como saúde, educação, habitação, saneamento básico, etc. Oferecer saúde à população não é simplesmente oferecer determinados tipos de remédios ou médicos, pautados numa determinada concepção de saúde ou corpo, mas sim proporcionar o acesso ao sistema de saúde oferecido pelo Estado ao conjunto da população. Poderíamos dizer o mesmo da escola em relação ao processo educacional, das moradias em relação ao sistema educacional, etc. (CABRAL FILHO, CABRAL, p. 12)

A educação tem uma posição de destaque entre as políticas sociais para a inclusão social não apenas por se considerá-la fundamental para o desenvolvimento econômico, mas

também pela comprovação de que as desigualdades na educação correspondem às desigualdades de renda, oportunidades e condições de vida (BAKER, 2004; SCHWARTZMAN, 2006 *apud* PEREIRA, 2008, p. 45).

Segundo o IBGE (2013), “ainda que por si só a educação não assegure a justiça social e o fim das discriminações sociais, ela é parte do processo de formação de sociedades mais igualitárias e fator fundamental de redução das disparidades socioeconômicas” (p. 15). Para Sobrinho (2013), não possuir escolarização implica em mais pobreza. Segundo ele, à medida que os jovens, que sempre estiveram marginalizados conseguem superar todas as dificuldades e frequentar um curso superior, eles poderão ser beneficiados com melhoria dos salários, de condições de vida, alcançar a mobilidade social, bem como melhorar a autoestima. O autor ressalta ainda que a ampliação do acesso à educação superior proporciona a inclusão dos grupos que sempre foram marginalizados historicamente. No entanto, é necessário também que haja uma preocupação com a qualidade efetiva desta educação, pois se houver um pensamento apenas no que se refere à expansão das vagas sem uma preocupação com a qualidade dos cursos ofertados, acontecerá uma “democratização excludente”, que ele explica como sendo o acesso à educação, no entanto sem perspectiva de conseguir competir no mercado devido à falta de qualidade, ou seja, a pessoa continuaria excluída socialmente.

Neste cenário, percebe-se que a Educação a Distância pode ser uma ferramenta essencial para permitir o acesso à educação à grande parcela da população que não tem acesso às universidades públicas, uma vez que estas possuem uma capacidade limitada oferecida pelo modelo presencial, onde as vagas são restritas à capacidade suportada pela infraestrutura física das universidades que são localizadas, principalmente, nos grandes centros urbanos, limitando o acesso da população que reside em municípios do interior.

3. Inclusão social e UAB

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituída em 08 de junho de 2006, pelo Decreto n.º 5.800, e definida como um “sistema voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País”.

No referido Decreto, estão elencados como objetivos da UAB:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006).

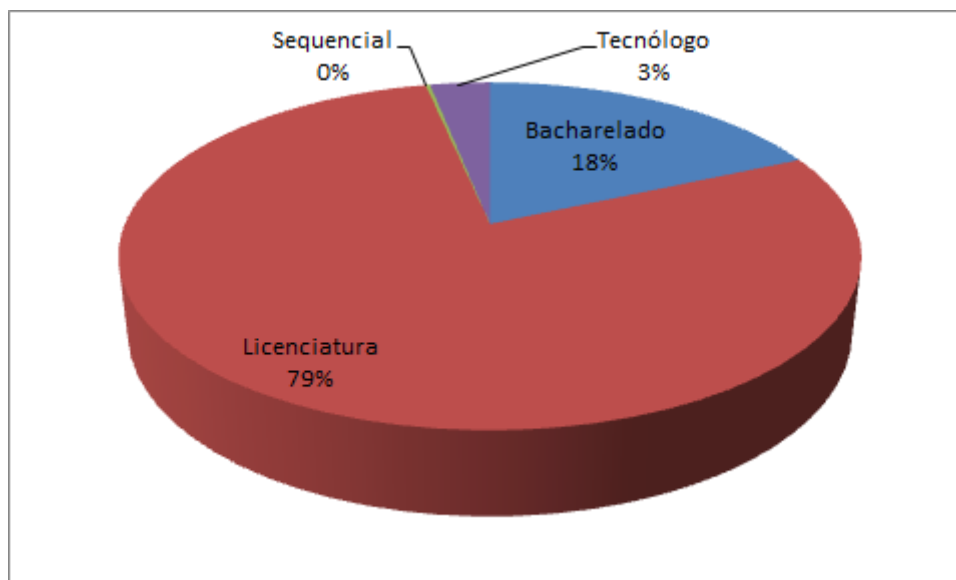
Através da UAB, os cursos são realizados semipresencialmente, contando com infraestruturas de auxiliares, denominadas Polos de Apoio Presencial. Segundo Mota (2009), o polo de apoio presencial é definido como:

Estrutura para execução descentralizada de algumas das funções didático-administrativas de curso, consórcio, rede ou sistema de EAD, geralmente organizada com o concurso de diversas instituições, bem como com o apoio dos governos municipais e estaduais (p. 301).

Portanto, o polo de apoio presencial é o local onde o estudante pode assistir às aulas presenciais, realizar as avaliações, ter acesso a bibliotecas e laboratórios, além ter assistência dos tutores presenciais. De acordo com o Decreto 5.622/2005, a realização de encontros presenciais periódicos é obrigatória e deve ser realizada na instituição ou nos polos de apoio presencial:

§ 2º As atividades presenciais obrigatórias, compreendendo avaliação, estágios, defesa de trabalhos ou prática em laboratório, conforme o art. 1º, § 1º, serão realizados na sede da instituição ou nos polos de apoio presencial, devidamente credenciados (BRASIL, 2005).

De acordo com dados do SisUAB¹, dentre os cursos de graduação oferecidos através da Universidade Aberta do Brasil, os cursos de licenciatura são os mais ofertados, conforme pode ser verificado no Gráfico 1, confirmando o primeiro objetivo da UAB no que se refere à oferta prioritária de cursos de licenciatura.



¹ SisUAB é uma plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos da UAB. Através dela, os coordenadores UAB, coordenadores de curso, coordenadores de polos presenciais e colaboradores CAPES de todo o Brasil podem cadastrar os dados de suas Instituições e ter acesso às informações sobre instituições, polos, cursos, material didático, articulações, colaboradores e mantenedores. O acesso é restrito através de login e senha pelo site <http://sisuab.capes.gov.br/sisuab/Login_input.action>. Acesso em: 06.06.2014.

Gráfico 1 - Distribuição da oferta de cursos de graduação a distância no Brasil
Fonte: Adaptado SisUAB

Neste panorama, de acordo com o SisUAB, dentre os cursos de licenciatura a maior procura é pelo curso de Pedagogia, que é oferecido em 49 Instituições de Ensino Superior, conforme a distribuição apresentada no Gráfico 2:

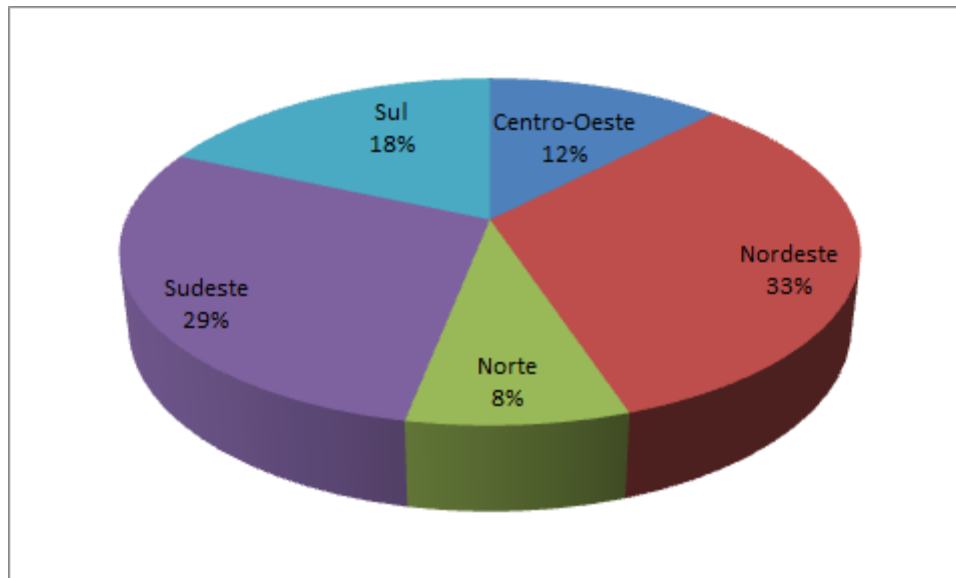


Gráfico 2 - Distribuição da oferta de cursos de Pedagogia por região
Fonte: Adaptado SisUAB

Vale salientar que as universidades abertas pelo mundo possuem um contexto de oportunizar acesso a todos, onde qualquer pessoa pode se matricular, sem os tradicionais processos seletivos (MOORE; KEARSLEY, 2007). No caso da Universidade Aberta do Brasil, o sistema é formado entre universidades públicas e busca aumentar a oferta de vagas no ensino superior, proporcionando mais oportunidade de acesso à educação à população. No entanto, o ingresso dos estudantes é realizado através de processos seletivos como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme artigo 44 (inciso II) da LDB, que trata da obrigatoriedade de processos seletivos para ingresso em cursos superiores, além do pré-requisito de que o candidato tenha concluído o ensino médio. Segundo Silva (2011), limitar o acesso a um grupo de estudantes que tenham concluído o ensino médio é um entendimento que distorce o conceito de “Universidade Aberta”.

4. Metodologia

A pesquisa é predominantemente qualitativa, enfatizando a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções (BOGDAN; BIKLEN, 1994), com elementos quantitativos, que traduzem as informações em números para classificá-las e analisá-las (SILVA; MENEZES, 2001).

A pesquisa de campo foi realizada através de questionários aplicados com os estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco nos polos de Afrânio (PE) e Carpina (PE) que tiveram seu ingresso através do Exame Nacional do Ensino

Médio (ENEM). Estes estudantes são, portanto, em sua maioria, jovens que finalizaram o ensino médio.

Quadro 1 - Polos e turmas onde foram aplicados questionários

Ingresso	Curso	Polo / Turma	Nº de Alunos Matriculados	Nº de Respostas	% Respostas
ENEM	Pedagogia	Afrânio (4º per)	23	21	91,3%
ENEM	Pedagogia	Carpina (3º per)	37	35	94,5%

Fonte: Dados da pesquisa

5. Análise dos resultados

A partir dos questionários aplicados, foi verificado que dentre os estudantes há uma predominância do sexo feminino nas duas turmas pesquisadas, conforme pode-se observar na Tabela 1.

Tabela 1 - Sexo

	Afrânio		Carpina	
	4º período (ENEM)	%	3º período (ENEM)	%
Masculino	02	9,5%	03	8,6%
Feminino	19	90,5%	32	91,4%

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados podem ser explicados de acordo com Silva (2011), “a maioria dos estudantes que ingressam na graduação em Pedagogia ainda são mulheres” (p. 29). Tal fato pode ser comprovado nos dados obtidos nas duas turmas de cidades de diferentes regiões do Estado com percentual feminino acima dos 90%.

De acordo com o Quadro 2, é possível observar que em todos os polos existe um alto percentual de estudantes oriundos da rede pública, variando entre 85% a 100% dependendo do polo/turma pesquisado; e que a renda da família, em grande parte dos casos, não ultrapassa dois salários mínimos.

Quadro 2 - Perfil social dos estudantes nos polos pesquisados

Polo	Ensino Médio do Estudante	Renda Familiar	% de Estudantes de Outros Municípios
Polo Afrânio	Todo em escola pública (100%)	Até 1 salário mínimo (48%)	81%
Polo Carpina	Todo em escola pública (85%)	De 1 a 2 salários mínimos (48%)	80%

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se ainda, no Quadro 2, que, em ambos os polos, mais de 80% dos estudantes reside em municípios diferentes de onde o polo UAB é localizado, o que implica no fato de que o polo está realizando a formação de profissionais de outros municípios, proporcionando o desenvolvimento da região, atendendo ao objetivo da UAB quanto à redução das desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País.

No que se refere ao município de residência destes estudantes que não residem no município-polo, verificou-se que, no polo UAB de Carpina, o curso de Pedagogia atende a uma diversidade de municípios conforme pode ser verificado no Gráfico 3.

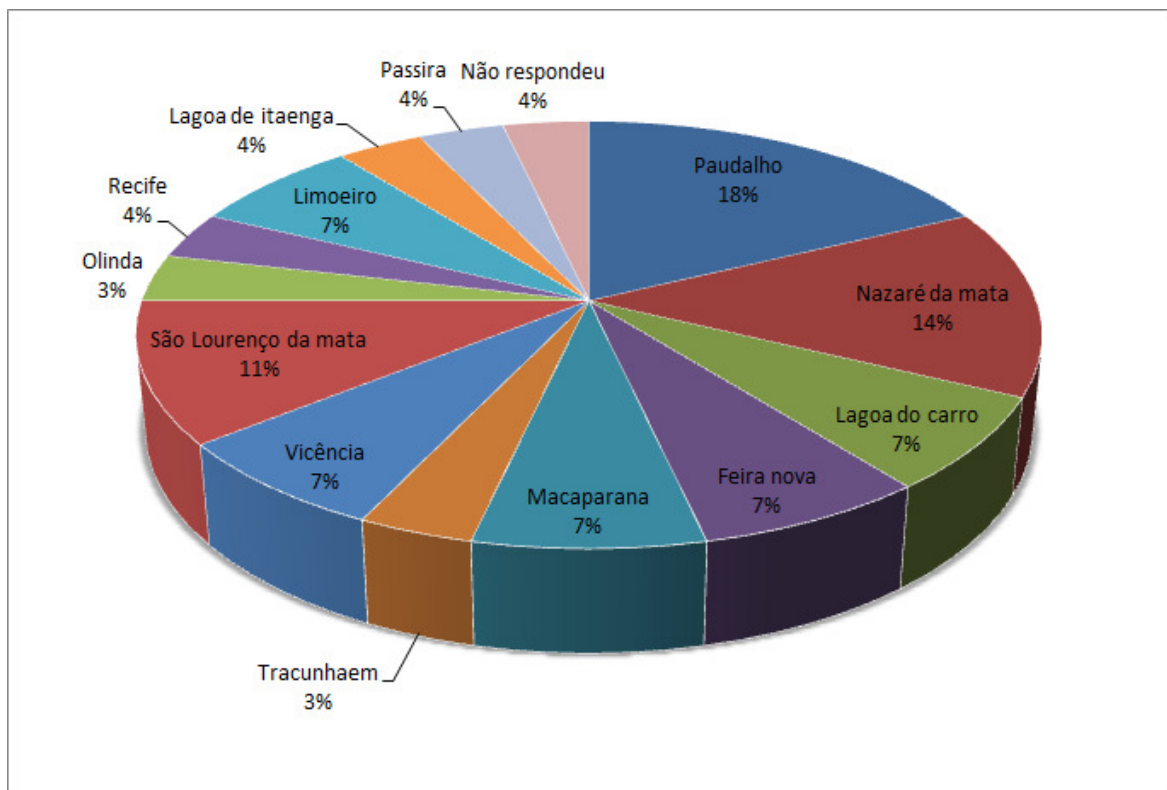


Gráfico 3 - Localização dos estudantes que não residem no município de Carpina
Fonte: Dados da pesquisa

O mesmo não pode ser observado no município de Afrânio. Neste polo, o curso de Pedagogia atende 81% de estudantes que não residem em Afrânio e, destes, 65% residem em municípios com maiores oportunidades que Afrânio: Petrolina (47%) e Juazeiro (18%), conforme pode ser observado no Gráfico 4.

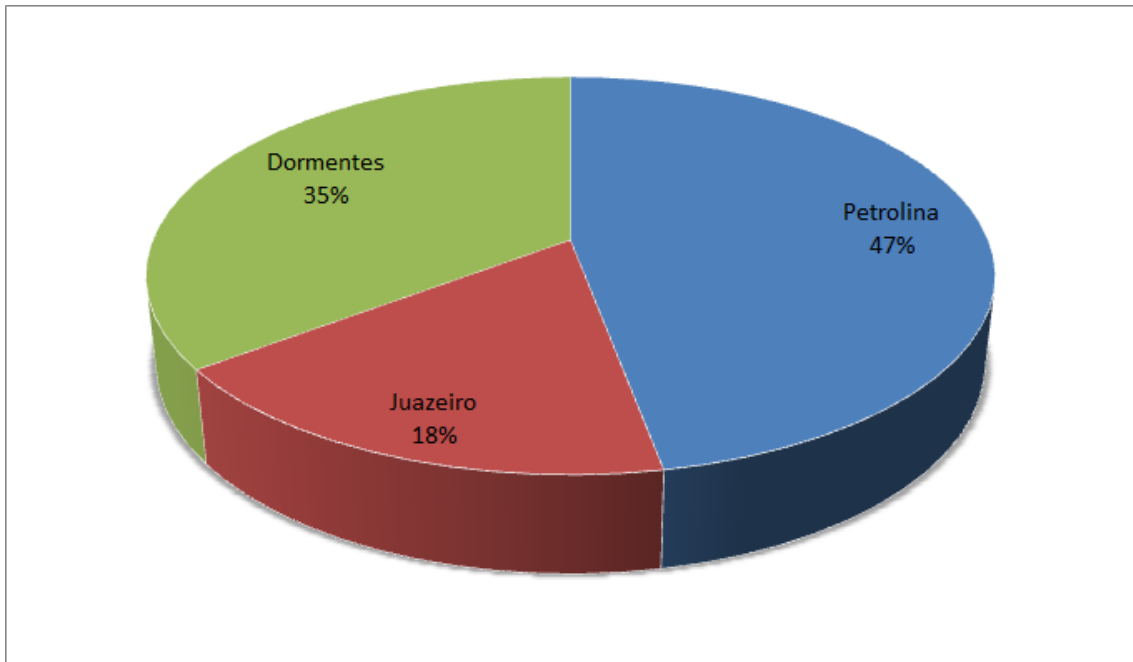


Gráfico 4 - Localização dos estudantes que não residem no município de Afrânio
Fonte: Dados da pesquisa

Este fato pode ser explicado em virtude do município de Carpina possuir, geograficamente falando, uma maior quantidade e proximidade de municípios vizinhos. Afrânio, por ser um município localizado no extremo oeste do Estado de Pernambuco e limítrofe com o Estado do Piauí, está numa região onde os municípios estão mais afastados uns dos outros geograficamente.

Na Tabela 2, verifica-se o nível de escolaridade dos pais dos estudantes matriculados no curso de Pedagogia, nos polos de Afrânio e Carpina.

9

Tabela 2 - Nível de escolaridade paterna dos estudantes de Pedagogia nos polos de Afrânio e Carpina

Escolaridade	Afrânio	Carpina
	4º período (ENEM)	3º período (ENEM)
Não estudou	29%	9%
Da 1ª a 4ª série	43%	54%
Da 5ª a 8ª série	14%	14%
Ensino médio incompleto	14%	0%
Ensino médio completo	0%	11%
Ensino superior incompleto	0%	0%
Ensino superior completo	0%	6%
Pós-graduação	0%	3%
Não sabe	0%	0%
Não respondeu	0%	3%

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se que, no polo do município de Afrânio, a maior faixa de escolaridade os pais dos estudantes está compreendida entre os que não tiveram acesso à educação formal (29%) e os que estudaram até a 4ª série (43%). Em Carpina, estas duas faixas representam 9% e 54%, respectivamente. São índices altos, especialmente se considerarmos que 72% e 63% dos pais dos estudantes dos polos de Afrânio e Carpina, respectivamente, possuem formação até a 4ª série.

Percebe-se uma maior formação dos pais dos estudantes do município de Carpina quando se observa que existe uma parcela com o ensino médio completo (11%), ensino superior completo (6%) e pós-graduação (3%), enquanto no polo de Afrânio fora das duas faixas predominantes, há apenas pais com formação do ensino médio incompleto (14%).

Na Tabela 3, verifica-se o nível de escolaridade materna dos estudantes matriculados no curso de Pedagogia, nos polos de Afrânio e Carpina.

Tabela 3 - Nível de escolaridade materna dos estudantes de Pedagogia nos polos de Afrânio e Carpina

Escolaridade	Afrânio	Carpina
	4º período (ENEM)	3º período (ENEM)
Não estudou	5%	6%
Da 1ª a 4ª série	43%	40%
Da 5ª a 8ª série	19%	8%
Ensino médio incompleto	9%	3%
Ensino médio completo	5%	17%
Ensino superior incompleto	5%	11%
Ensino superior completo	0%	3%
Pós-graduação	9%	9%
Não sabe	5%	0%
Não respondeu	0%	3%

Fonte: Dados da pesquisa

No que se refere à escolaridade materna percebe-se que nos polos de Afrânio e Carpina os índices se assemelham quanto às mães que não tiveram acesso à educação formal, 5% em Afrânio e 6% em Carpina, bem como as que possuem formação da 1ª a 4ª série, 43% em Afrânio e 40% em Carpina.

Percebe-se que 19% das mães dos estudantes de Afrânio possuem formação da 5ª a 8ª série, enquanto 8% das mães dos estudantes de Carpina possuem esta formação. No entanto, em Carpina o índice de mães que cursaram o ensino médio completo (17%) e chegaram a ingressar em uma faculdade (11%) são superiores aos observados em Afrânio, onde 5% das mães possuem o ensino médio completo e também 5% chegaram a cursar o ensino superior. Em ambos os polos 9% das mães possuem nível de escolaridade até a pós-graduação.

Comparando os dados de escolaridade materna e paterna, observamos que apesar de ambos possuírem a maior faixa de escolaridade concentrada até a 4ª série, verifica-se que a escolaridade materna se sobressai com melhores índices. Há menos mães com ensino até a 4ª série e mais mães dos estudantes com o ensino médio completo e formações superiores em comparação aos pais destes mesmos estudantes, comprovando que o acesso à educação da população feminina vem aumentando com os anos.

A Tabela 4 apresenta a renda média familiar dos estudantes de Pedagogia nos polos de Afrânio e Carpina.

Tabela 4 - Renda familiar dos estudantes de Pedagogia em Afrânio e Carpina

Renda	Afrânio	Carpina
	4º período (ENEM)	3º período (ENEM)
Até 1 salário mínimo	48%	17%
De 1 a 2 salários mínimos	33%	48%
De 2 a 5 salários mínimos	14%	29%
De 5 a 10 salários mínimos	5%	3%
De 10 a 30 salários mínimos	0%	0%
Mais de 30 salários mínimos	0%	0%
Não respondeu	0%	3%

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se, na Tabela 4, que a renda familiar dos estudantes de Pedagogia no polo de Afrânio concentra-se em 48% com os que recebem até 1 salário mínimo. Esta faixa salarial é representada por 17% entre os estudantes de Carpina.

Percebe-se que a maior parte da renda familiar dos estudantes está concentrada na faixa salarial até dois salários mínimos, sendo em Afrânio 81% e Carpina 65%. Analisando estes dados à luz da escolaridade dos pais, é possível observar que a afirmação de Sobrinho (2013) é verdadeira quando o autor diz que não possuir escolarização implica em mais pobreza e, à medida que os jovens antes marginalizados superam as dificuldades e conseguem frequentar um curso superior, poderão ser beneficiados com a melhoria de salários.

6. Conclusão

A partir dos dados obtidos, foi possível elaborar um perfil social dos estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco nos municípios de Afrânio e Carpina, onde se verificou que a oferta deste curso oferece oportunidade de acesso à educação superior a pessoas de vários municípios nas regiões onde os polos de apoio presencial estão localizados, onde geralmente há pouca ou nenhuma possibilidade de ingresso em cursos de nível superior. Ressalta-se a grande importância dos polos UAB para as regiões onde os mesmos são localizados, sendo, muitas vezes, a única via de acesso ao ensino público superior para a população.

A maioria dos estudantes das turmas analisadas é oriunda do ensino público e com renda média até dois salários mínimos, o que permite constatar a inclusão social destes grupos menos favorecidos à educação superior pública. Observou-se também que o nível de escolaridade dos pais dos estudantes matriculados, em sua maioria, é até a 4ª série do ensino fundamental. Uma vez que os estes possuem os filhos cursando o ensino superior, nos permite indicar que a escolaridade da família está aumentando, e que a conclusão de um curso superior pode trazer mais oportunidades para o crescimento profissional, proporcionando a melhoria da qualidade de vida da família dos estudantes.

A partir dos dados também é possível verificar a inclusão social no município de Afrânio, município localizado no extremo oeste do Estado de Pernambuco, onde 100% dos estudantes matriculados no curso de Pedagogia frequentaram o ensino médio apenas na rede pública.

Diante do exposto, verificamos de acordo com os indicadores sociais escolhidos (renda familiar, origem do ensino médio e nível de escolaridade dos pais) que, à medida que os estudantes dos cursos pesquisados estão entre as classes sociais menos favorecidas, concluímos que, na UFRPE, o curso de Pedagogia nos polos de Afrânio e Carpina proporciona a inclusão social deste grupo, atendendo aos objetivos da UAB no que se refere à ampliação do acesso à educação superior pública e promoção da redução das desigualdades de oferta de ensino superior nas diferentes regiões do país, confirmando a ideia de que a “educação tem uma posição de destaque entre as políticas sociais para a inclusão social não apenas por se considerá-la fundamental para o desenvolvimento econômico, mas também pela comprovação de que as desigualdades na educação correspondem às desigualdades de renda, oportunidades e condições de vida” (BAKER, 2004; SCHWARTZMAN, 2006 *apud* PEREIRA, 2008, p. 45).

Estas informações nos permitem concluir que nestes polos pesquisados, no curso de Pedagogia na UFRPE, a UAB cumpre com seu objetivo de reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior no País, uma vez que proporciona o acesso ao ensino superior público e de qualidade a estudantes de baixa renda familiar, oportunizando condições para alcançar a mobilidade social destas famílias.

Referências

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto – Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Decreto n.º 5.800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. 2006.

CABRAL FILHO, A. V.; CABRAL, E. D. T. **Inclusão digital para inclusão social: perspectivas e paradoxos**. Dossiê Comunicação e Política. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 11-28, jan.-jun. 2010.

CASTRO, A. M. D. A. **Política de educação a distância: uma estratégia de formação continuada de professores**. Natal: Editora da UFRN (EDUFRN), 2005.

Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). **Relatório sobre a situação da população mundial em 2011**. Disponível em <http://www.unfpa.org.br/swop2011/swop_2011.pdf>. Acesso em 11.07.2012

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 156 p.

MOORE, M; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thompson, 2007.

MOTA, R. **A Universidade Aberta do Brasil** In: Litto, Frederic M. & Formiga, Marcos. Educação a Distância: o estado da Arte. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2009.

PEREIRA, J. M. **Políticas públicas de educação no Brasil: a utilização da EAD como instrumento de inclusão social**. J. Technol. Manag. Innov. 2008, Volume 3, Special Issue 1.

REIS, C. N. dos. **Inclusão social: uma proposta de integração articulada de políticas sociais públicas**. Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 4, ano IV, dez. 2005

SELWYN, N. **O uso das TIC na educação e a promoção de inclusão social: uma perspectiva crítica do Reino Unido**. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 815-850, out. 2008.

SERAFIM, M. P.; DAGNINO, R. P. **A política científica e tecnológica e as demandas da inclusão social no governo Lula (2003-2006)**. O&S - Salvador, v.18 - n.58, p. 403-427 - Julho/Setembro – 2011.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. - Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

SILVA, K. **Currículo, gênero e identidade na formação de professores/as**. 2011. 195f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora.

SILVA, F. S. da. **EaD e inclusão social: desafios e possibilidades do cenário brasileiro**. Anais do II ENINED - Encontro Nacional de Informática e Educação. 2011.

SOBRINHO, J. D. **Educação Superior: bem público, equidade e democratização**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 107-126, mar. 2013.

STEINER, J. E. **Conhecimento: gargalos para um Brasil no futuro**. Estudos Avançados, vol.20 nº 56 São Paulo Jan/Apr 2006.

1
3